

Tese da Corrente Proletária na Educação ao XVII CONSINTEST

I - Resolução sobre a Conjuntura Nacional

No Brasil, o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin não escapa da pressão da crise mundial. Recusa-se a revogar o conjunto de contrarreformas aprovado nos governos de Temer e Bolsonaro, principalmente a trabalhista, a previdenciária e a Lei da Terceirização. Lula acaba de sancionar o “Novo” Ensino Médio, que preserva a essência privatista, mercantilista, e de ataque à Educação tal qual a medida aprovada por Temer. A Reforma Tributária promulgada em dezembro do ano passado preserva os privilégios da burguesia, mantendo o regime de sacrifício aos explorados do país. O chamado Novo Arcabouço Fiscal tem se mostrado uma reedição do Teto de Gastos, aplicado pela ditadura civil de Temer, levando o governo a apontar cortes orçamentários para satisfazer a sanha do capital financeiro.

Nem mesmo as questões ambientais escaparam à política de continuidade do governo de frente ampla de Lula/Alckmin. O Brasil registrou 13.489 focos de incêndio na Amazônia no primeiro semestre, o pior número em duas décadas e um aumento de 61% em comparação com o ano passado, segundo dados do INPE. Também se destacou o elevado número de focos de incêndio no Pantanal (3.538 desde janeiro), uma das maiores áreas úmidas do mundo. Esse número representa um aumento de 2.018%. A situação se torna mais alarmante quando se observa que o pico de incêndios costuma ser em setembro, época de secas. Além disso, os trabalhadores do Ibama, ICMBio e Serviço Florestal Brasileiro, que fizeram greve por melhores condições de trabalho, segurança e equiparação salarial com outras carreiras semelhantes, tiveram seu direito de greve ferido. No início de julho a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com pedido na justiça contra a greve, o pedido foi atendido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que decretou multa de 200 mil reais por dia ao sindicato, caso a greve fosse mantida. Depois dessa decisão, os trabalhadores decidiram encerrar a greve. Desta forma, assim como fez na greve da Educação Federal, o governo burguês de Lula, junto a seus aliados, atuou contra a greve dos trabalhadores ambientais, apesar desses órgãos terem sido duramente atacados e dilapidados no governo Bolsonaro. Trata-se de mais um ataque flagrante de Lula e do Judiciário brasileiro contra o direito de greve.

A Greve da Educação Federal se projetou contra o pilar da política do governo. Por isso, foi tratada com mão de ferro, onde o governo manteve a infame proposta de 0% de reajuste para 2024. Apesar da inflexibilidade do governo em atender a greve que se estendeu por quase quatro meses, as centrais sindicais não atuaram para unificar o movimento com as demais categorias. Não houve unidade nem na luta nacional da educação, mesmo com movimentos ocorrendo nos estados, a exemplo de São Paulo na luta contra as escolas cívicos militares e Paraná que fez greve contra a privatização das escolas. Era momento de organizar a luta pela revogação das contrarreformas, com convocação das plenárias que combatesse o isolamento da Educação Federal, e que derrubasse a intransigência do governo de frente ampla que foi eleito com a promessa de “revogaço”, mas que em quase dois anos de mandato, só faz avançar na aplicação da política econômica dos governos de ditadura civil de Temer e ultradireita de Bolsonaro.

A experiência com o governo petista de frente ampla está demonstrando, portanto, mais uma vez, a incapacidade do reformismo em levar a cabo o seu próprio programa. Lula se encontra completamente atado às determinações impostas pelo imperialismo, pela burguesia nacional e

pelas oligarquias representadas no parlamento. Os trabalhadores e a juventude oprimida têm de superar suas ilusões com o nacional-reformismo, o que se dará a partir da própria experiência. Daí a importância de impulsionar o combate pelas necessidades mais sentidas das massas, fazendo a ponte com o programa anticapitalista, em defesa da revolução e do socialismo.

- 1. Que as centrais, sindicatos e movimentos construa uma pauta de reivindicações unificada, e organize um Dia Nacional de Lutas, como primeiro passo para uma campanha nacional unificada, em defesa dos empregos, salários, direitos, educação e saúde públicas;**
- 2. Erguer a luta nas ruas pela derrubada das contrarreformas trabalhista, previdenciária, Lei da Terceirização e Novo Ensino Médio.**
- 3. Por uma Oposição Revolucionária ao governo Lula/Alckmin – contra o avanço da ultradireita, lutar no campo da independência de classe, mobilizando os oprimidos com o método da ação direta das massas e aplicando o princípio da democracia operária.**

II - Resolução sobre a Conjuntura Internacional

O XVII CONSINTEST ocorre em um cenário mundial marcado por graves acontecimentos, especialmente pelo recrudescimento da escalada bélica, materializada nos conflitos na Palestina e na Ucrânia. Ambos têm ligação com a Guerra Comercial levada a cabo pelos EUA e seus aliados contra a China. Todos esses acontecimentos são indicadores de que a partilha do mundo efetuada no fim da Segunda Guerra Mundial está esgotada. O rearmamento das potências imperialistas visa aumentar o cerco econômico militar à Rússia e à China. Daí se explica o aumento das tensões e conflitos, na disputa por mercados e fontes de matérias primas, na África e no Indo-pacífico (mar da China, península da Coreia e acordo militar AUKUS)

No Oriente Médio, o assassinato do dirigente do Hamas, Ismail Haniyeh, em território iraniano, ocorreu quase simultaneamente ao assassinato de Fuad Shukr, alto dirigente do Hezbollah, no Líbano. Ambos os casos constituíram uma grave afronta à soberania desses países por parte do Estado sionista de Israel. Mais do que isso, representaram um chamado à guerra, demonstrando o perigo de que o genocídio dos palestinos se espalhe e se arraste como guerra em toda essa região. Por trás da prepotência sionista se encontra o imperialismo norte-americano.

Junto a esse massacre, tem-se a guerra na Ucrânia, que se estende há aproximadamente dois anos e meio. Com os EUA à cabeça do ataque, a OTAN recrudescer o cerco à Rússia, usando a Ucrânia como bucha de canhão, forçando à Rússia a se defender e, ao mesmo tempo, usar a Ucrânia como escudo, respondendo à ameaça promovida pelo organismo do imperialismo com os métodos de opressão nacional (invasão, anexação). Por se tratar de um conflito que opõe alianças entre potências militares, portadoras de milhares de ogivas nucleares, traz consigo o risco de uma generalização, ou seja, de uma possível conflagração mundial altamente destrutiva, com consequências imprevisíveis para a humanidade.

Os golpes de Estado na África, as manifestações agudas na Nova Caledônia e a conturbada disputa eleitoral na Venezuela são exemplos que completam o quadro sombrio. Como pano de fundo encontra-se o agravamento da guerra comercial entre EUA e China. Trata-se de manifestações concretas do avançado grau de decomposição do capitalismo. Na raiz do problema está a contradição entre o elevado desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção monopolistas. As fronteiras nacionais se erguem como uma camisa de força, de modo que a crise do capitalismo tem impulsionado as potências ao questionamento da partilha do mundo decidida após a Segunda Guerra Mundial.

Desta forma, estamos diante de uma conjuntura internacional convulsiva. E as consequências não giram em torno somente às mortes e destruição, há reflexos na política e na economia, que se alastram. Os preços das mercadorias aumentam, assim como o endividamento dos Estados, de maneira que a burguesia age no sentido de descarregar o peso da enorme crise sobre os ombros dos explorados em todo o mundo.

- 1) Pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexações;**
- 2) Abaixo o massacre contra os palestinos praticado pelo enclave norte-americano no Oriente Médio, o Estado sionista de Israel;**
- 3) Em defesa da República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio;**

- 4) **Que os EUA e o imperialismo de conjunto tirem suas mãos sujas de sangue da Venezuela e de todas as semicolônias;**
- 5) **Erguer uma poderosa frente única anti-imperialista, com o proletariado à frente, para pôr fim às guerras de dominação e combater os ataques desfechados pela burguesia sobre os explorados.**

Resolução sobre balanço político, a greve de 2024 e Plano de Lutas

1. A greve na educação foi resultado de um longo arrocho salarial, resultando em perdas acumuladas de mais de 60%. O reajuste de 9%, em maio de 2023, esteve longe de recuperar as perdas. No caso dos técnico-administrativos das IFES, soma-se o fato de ser a carreira com a menor remuneração do serviço público federal. Sem que houvesse uma luta unificada do funcionalismo pela reposição integral das perdas salariais, essa instatisfação dos TAEs se manifestou em saídas corporativistas.
2. Em 2023, a campanha pelo “Brasil Participativo”, impulsionada inicialmente pelo TAEs na Luta, e posteriormente assumida pela direção da Fasubra, expressou a via do corporativismo e as ilusões de que, pela via institucional, poderia se conquistar melhorias. Essa via se mostrou um fracasso. A Fasubra entregou a proposta da reestruturação da carreira em meados de outubro/2023, que incluía piso salarial de 3 salários mínimos, step de 5%, aglutinação de níveis (A/B 40%, e C/D 60%) e interstício de 12 meses da progressão. O 3º lugar no “Brasil Participativo” de nada serviu para garantir as reivindicações, e os resultados da campanha salarial demonstraram que a concorrência no interior do funcionalismo público favorece apenas o governo e o alto funcionalismo.
3. Paralelamente, o Fonasefe (Fórum que reúne a Fasubra, Sinasefe, Andes e demais categorias do funcionalismo federal) entregou uma pauta de reivindicações para a mesa geral de negociação, com as reivindicações de 34,32% (que inclui os TAEs) e de 22,71% (que inclui os docentes), parceladas em três vezes. Frente às perdas que passavam de 60%, já se tratava de uma reivindicação rebaixada. Apesar disso, o governo Lula/Alckmin manteve sua intransigência. Na reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), em 16/11/2023, o governo nada apresentou de concreto, e apenas disse que marcaria nova reunião.
4. Com a enrolação do governo e o esgotamento das vias institucionais, restou à categoria recorrer ao método próprio de luta, a greve. Sem que as direções sindicais organizassem a greve unificada do funcionalismo federal, as categorias se movimentaram de forma fragmentada. Os TAEs das universidades (Fasubra) iniciaram a greve em 11/03/2024, seguidos pelos TAEs e docentes dos IFs (Sinasefe) em 03/04/2024, e por fim os docentes universitários (Andes-SN) em 15/04/2024. Após finalizada a greve nas IFES, outras categorias entraram em greve, como ICMBio e IBAMA, e os servidores do INSS, todas sofrendo forte repressão do governo federal e isolamento por parte das demais categorias.
5. Em meados de abril, o governo utilizou-se da chantagem da assinatura do “Termo de Compromisso” para suspender a Mesa Nacional de Negociação Permanente quanto às negociações de reajuste salarial e enterrar qualquer possibilidade de negociação unificada do funcionalismo federal, fragmentando-o em mesas específicas. As correntes majoritárias na Fasubra, sob a justificativa de que deveria se garantir o reajuste dos benefícios e de que nas mesas específicas os TAEs teriam mais chances de conquistar mais verbas para reestruturação da carreira, defenderam a assinatura do Termo de “Chantagem”. Esse gesto fortaleceu o governo que, logo em seguida, apresentou a proposta rebaixada com o reajuste zero em 2024 tanto para os docentes quanto para os TAEs, em que, ainda assim, o orçamento destinado ao reajuste e reestruturação dos TAEs correspondia a apenas metade do que era destinado aos docentes das IFES.
6. A intransigência do governo, de um lado, se deparou com a firmeza dos trabalhadores, que persistiam na greve, realizavam manifestações de rua e inclusive bloqueios temporários de vias. O presidente Lula, de forma prepotente, fez um discurso em tom de intimidação e chamando os dirigentes sindicais a “ter coragem” de encerrar a greve. Após esse episódio, as direções da Fasubra, Andes e Sinasefe se moveram para encerrar a greve. Inicialmente, por meio do rebaixamento das reivindicações. No caso da Fasubra, rebaixou-se a reivindicação de reajuste e step, e abandonou-se a reivindicação de piso salarial de 3 salários mínimos e as correlações iguais entre os níveis A/B e C/D. Nessa

- direção, o governo se mostrou intransigente e manteve o reajuste zero em 2024 e reajustes rebaixados de 9% para 2025 e 5% para 2026.
7. A concessão do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) em abril/2026, sem garantia para os aposentados e com critérios ainda a serem definidos, foi a cartada final do governo no sentido de manter o reajuste zero em 2024 e encerrar a greve dos TAEs. Em meio à capitulação das direções da Fasubra, Sinasefe e Andes, as assembleias de base deliberaram pela aceitação da proposta do governo e encerramento da greve.
 8. Finalizada a greve, as discussões se dão agora em torno do cumprimento dos pontos do acordo de greve pelo governo Lula/Alckmin. A mobilização da categoria deve se manter firme, para garantir que todos os pontos do Termo de Acordo sejam cumpridos, o que deve incluir a realização das assembleias locais e plenárias nacionais com regularidade para que as bases se envolvam e acompanhem as discussões e deliberem sobre as posições a serem levadas pelos representantes sindicais junto ao governo.
 9. Enquanto isso, o governo Lula/Alckmin tem avançado nas medidas de contrarreforma administrativa, como por exemplo a Portaria MGI nº 5.127/2024, que passa a fazer uma diferenciação entre atividades “estratégicas e complexas” e as demais atividades de nível operacional, e define a prioridade de criação de cargos “transversais”, que facilitem a movimentação entre órgãos. Essa medida se soma a outras como o Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), o Programa de Gestão e Desempenho (PGD), a extinção de cargos e a criação dos “cargos amplos”, com a finalidade de reduzir o quadro efetivo no serviço público federal e sobrecarregar os servidores, por meio da redução da oferta de vagas nos concursos e priorização da movimentação da força de trabalho e dos códigos de vaga entre os órgãos, além da ampliação da terceirização para as atividades que não sejam consideradas “complexas e estratégicas”.
 10. O conjunto dessas medidas de ataque ao funcionalismo público coloca a necessidade de uma luta unificada contra as medidas de contrarreforma administrativa do governo, assim como pelas reivindicações que unificam o conjunto do funcionalismo com a classe operária e demais explorados, como a defesa de um salário mínimo vital, a redução da jornada sem redução de salários e a derrubada das contrarreformas trabalhista e da previdência. Essa luta deve se dá nos marcos do método da ação direta (manifestações, dias nacionais de luta, paralisações e greves), único caminho que tem se mostrado eficaz para obter conquistas.

Plano de Lutas

- a) Manter a mobilização da categoria, por meio das assembleias, em torno do cumprimento do Termo de Acordo pelo governo federal;
- b) Reivindicar à Fasubra a organização de uma campanha nacional pelas 30 horas para todos;
- c) Abaixo a PEC 32/2020, e as demais medidas de contrarreforma administrativa;
- d) Que nenhum trabalhador receba menos que um salário mínimo vital (segundo o DIEESE, de R\$ 6.606,13)
- e) Pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e do ensino médio;
- f) Por um sistema único de previdência, totalmente público e gratuito para o trabalhador, e totalmente financiado pelos capitalistas e o Estado;
- g) Emprego a todos, com redução da jornada sem reduzir salários, e estabilidade;
- h) Reajuste automático dos salários de acordo com a inflação;
- i) Abaixo o Arcabouço Fiscal. Não ao pagamento da dívida pública;
- j) Abaixo o PL 1904/24; pelo direito irrestrito ao aborto, gratuito e público realizado pelo SUS;
- k) Que as centrais, sindicatos e movimentos construa uma pauta de reivindicações unificada, e organize um dia nacional de lutas, como primeiro passo para uma campanha nacional unificada em defesa dos salários e direitos trabalhistas.

Resolução sobre a luta dos terceirizados na UFRN

1. Nos últimos dois anos, os trabalhadores terceirizados da UFRN têm demonstrado grande disposição de luta, com paralisações quase todo mês, pelo pagamento de seus salários e direitos. Apesar da enorme reincidência e dos inúmeros processos de descumprimento de contrato abertos, a Reitoria, até o início desse ano, sequer havia ainda tomado nem mesmo a aplicação de penalidades administrativas. As paralisações constantes chegaram em certos momentos a ter repercussão na imprensa, e pressionaram a Reitoria para que tomasse alguma atitude no sentido da solução do problema.
2. Após várias paralisações, em maio deste ano a Reitoria passou a efetuar o pagamento direto dos salários dos trabalhadores, uma vez que a empresa deliberadamente assumiu que não mais pagaria os salários em dia. O pagamento direto, por parte da UFRN, foi a demonstração mais clara do fracasso da terceirização, que é um meio de parasitismo privado nos serviços públicos e de precarização das condições de trabalho.
3. A não renovação dos contratos das empresas caloteiras, e sua substituição por outras empresas terceirizadas no contrato da limpeza, manutenção e motoristas, apenas dará continuidade ao processo de precarização e sucateamento dos serviços públicos gerado pela terceirização. A mudança da empresa da limpeza, por exemplo, resultou em uma demissão em massa de cerca de 37 trabalhadoras, resultando em desemprego, por um lado, e sobrecarga por outro.
4. A terceirização é também uma forma que os capitalistas e os governos encontraram de fragmentar e enfraquecer a luta dos trabalhadores. Se antes, todos os trabalhadores da UFRN eram efetivos, e representados por um único sindicato, o SINTEST, com a terceirização houve uma fragmentação da representação sindical. Cada setor (limpeza, vigilantes, manutenção, motoristas, auxiliares de cozinha) passou a ser representado por um sindicato diferente. As nossas paralisações e greves já não conseguem ter a força de paralisar os serviços básicos do nosso local de trabalho. E as lutas dos terceirizados, por outro lado, quando se dão, ocorrem cada qual de forma isolada, a depender das direções sindicais que os representam legalmente.
5. É preciso lutar contra a divisão dos trabalhadores, que acaba enfraquecendo todas as lutas. É tarefa fundamental da nossa categoria lutar pela unidade entre efetivos e terceirizados, apoiando ativamente cada luta imediata dos trabalhadores por atrasos de salários e negação de direitos. O SINTEST, mesmo não sendo representante legal dos trabalhadores, deve se colocar como um ponto de apoio na luta dos terceirizados, comparecendo e fortalecendo as suas assembleias, paralisações e manifestações. Temos que ter claro que seremos mais fortes se todos os trabalhadores da UFRN estiverem unidos.
6. A solução definitiva para o divisionismo gerado pela terceirização se dará com o fim da terceirização, que implica na bandeira da efetivação imediata de todos os trabalhadores terceirizados. E sem necessidade de concurso, pois os terceirizados já comprovaram que estão aptos à função e, caso contrário, poderá acarretar na demissão daqueles que já estão há 10, 15 ou 20 anos dedicando todo seu esforço a manutenção desta universidade.
7. Nesse sentido, o XVII ConSINTEST resolve:
 - a) Que o SINTEST apoie ativamente a luta dos trabalhadores terceirizados por suas reivindicações imediatas;
 - b) Reivindicar à Fasubra que construa uma campanha nacional, junto aos demais sindicatos, pela efetivação imediata dos trabalhadores terceirizados, sem necessidade de concurso.